

24 FEB 1985

Já se fala em novo choque

Econom. Brasil

Ele pode começar com o congelamento de empréstimos a estados, municípios e estatais.

Todos os empréstimos concedidos pelo sistema financeiro oficial e privado aos Estados, municípios e às empresas estatais poderão ser congelados pelo governo, por tempo indeterminado, nos níveis dos saldos em 31 de dezembro último, revigorando a Resolução 831, de 1984, que adotou a medida como forma de conter o déficit público.

Além disso, na reunião de hoje do Conselho Monetário Nacional, o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, falará sobre o estado da liquidez na economia e comunicará a decisão, a ser adotada por circular do Banco Central, de ampliar em três ou quatro pontos percentuais a taxa de recolhimento compulsório dos bancos sobre seus depósitos à vista. No entendimento das autoridades monetárias, a medida terá efeito apenas psicológico, pois a expansão da liquidez ora registrada é mais financeira do que monetária e resulta no giro dos recursos no mercado de curto prazo, por falta de aplicação no processo produtivo e até mesmo na formação de estoques especulativos.

O clima ontem, em Brasília, lembrava os períodos pré-pacote, com inúmeros boatos circulando pelos gabinetes da área econômica do governo. Um deles era a possibilidade dos rendimentos dos depósitos de poupança das pessoas físicas voltarem a ser pagos trimestralmente, acabando-se com o atual sistema mensal. Mas isso foi desmentido por Wadico Valdir Buchi, dire-

tor da Área Bancária do Banco Central. Ele não quis comentar, porém, a possibilidade de o governo congelar parte dos depósitos voluntários em poupança das instituições de crédito no BC, que hoje atingem a casa dos Cz\$ 512 bilhões. Essa medida poderia ser tomada juntamente com aumento do compulsório recolhido pelos bancos sobre os depósitos à vista.

Contenção do déficit

A possibilidade de congelamento de todos os empréstimos a Estados, municípios e empresas estatais foi tratada no almoço que reuniu, ontem, os ministros Mailson da Nóbrega e João Batista de Abreu (do Planejamento) e voltou a ser discutida no encontro que os dois tiveram, no final da tarde, com o presidente José Sarney. À noite, na residência oficial do Ministério da Fazenda, quando Mailson da Nóbrega reuniu seus principais assessores para discutir medidas imediatas e de impacto destinadas a conter o déficit público, o assunto voltou a ser tratado.

O governo está preocupado com a crescente inadimplência dos Estados, municípios e estatais, pois, como os compromissos não vêm sendo cumpridos, a dívida está sendo rolada a um custo cada vez mais elevado, sendo um fator adicional de pressão sobre o déficit público. A intenção do governo é não permitir gastos de forma descontrolada: será permitida apenas a rolagem integral da dívida interna e mais 75%

da externa, mas os compromissos com os bancos oficiais e privados terão de ser cumpridos. A discussão com que o assunto está sendo tratado pelo governo se deve aos problemas políticos que poderão resultar do congelamento.

Já o problema do excesso de liquidez no mercado foi discutida em uma reunião de diretoria do Banco Central. "Chegamos à conclusão de que toda a liquidez injetada no mercado voltou ao BC, seja através da compra de títulos, seja por depósitos voluntários das instituições financeiras na poupança do Banco Central", disse o diretor da Área Bancária, Wadico Valdir Buchi. A constatação de que a expansão monetária ocorrida no último ano retornou ao Banco Central supostamente deveria tranquilizar os planejadores da política econômica. Buchi, no entanto, não confirmou essa tranquilidade, como também não quis confirmar a adoção de medidas para a redução da liquidez, como o aumento do compulsório sobre os depósitos à vista (que, naquela altura, estava sendo discutida por Mailson da Nóbrega e João Batista de Abreu).

"É preciso conter a liquidez para reduzir a inflação", disse Valdir Buchi, explicando que daqui para a frente será feito um monitoramento mais atuante da liquidez. "Se perdermos o controle, vamos introduzir medidas de contenção", afirmou. Uma das medidas é o aumento do compulsório sobre os depósitos à vista, que Buchi não quis confirmar.